

Visão da semana: dificuldades para renegociar a dívida externa do País

Em uma semana de poucas novidades na área econômica, predominou a discussão a respeito da renegociação da dívida externa para o próximo ano. O governo brasileiro encontra dificuldades próprias de um delicado período de transição política, observação que vale igualmente para o FMI, pouco afeito a envolvimentos dessa natureza. Neste sentido, as próximas semanas serão decisivas para que um entendimento satisfatório seja alcançado entre as duas partes.

As autoridades brasileiras não ignoraram que esse acordo é vital para que as conversações com os banqueiros internacionais cheguem a bom termo. Poder-se-ia até considerar que o clima de tranquilidade voltou a pairar sobre o mercado financeiro, após a Argentina ter concluído, finalmente, suas negociações com o FMI. No entanto, há sempre uma distância entre a disposição verbalmente manifestada pelos credores e suas atitudes concretas. No caso do Brasil, o que mais dificulta o acordo é o comprometimento que ele acarreta para o próximo governo. Num momento em que se discute a instituição de um novo pacto social, proliferam as incertezas, apesar de o governo brasileiro saber que poderá contar com um programa de trabalho mais realista no plano da renegociação externa. Ao mesmo tempo que a equipe atual se encontrava de mãos amarradas para promover qualquer tipo de reforma, sabe perfeitamente que sua responsabilidade aumenta pelo fato de ter de deixar os próximos governantes em condições de administrar satisfatoriamente a política interna. Por seu lado, o FMI terá de levar na sua devida consideração as peculiaridades do momento, não comprometendo o sucesso dos resultados alcançados até agora.

Ainda no âmbito do setor externo, a balança comercial superou, no mês passado, o saldo positivo de US\$ 12 bilhões, deixando entrever que o ano se encerrará com algo em torno dos US\$ 13 bilhões. Por enquanto, apesar da recuperação das importações, ainda é cedo para se prognosticar o desempenho do pró-

ximo ano, o qual permanece condicionado a uma recuperação mais vigorosa da economia doméstica, mesmo porque deverá diminuir a intensidade dos estímulos advindos do Exterior. A economia norte-americana parece ter entrado numa fase de estabilidade das taxas de crescimento, o que deve traduzir-se por importações mais restrinvidas dos países em desenvolvimento.

Essa recuperação doméstica continua a ser progressivamente confirmada pelas expectativas de alguns setores, como a indústria automobilística, entre outros. No entanto, a persistência da inflação continua a atormentar o horizonte, e nada autoriza a supor que o quadro será muito diferente no próximo ano.

Uma das dificuldades poderá advir do setor agrícola. Prova disso é que o governo autorizou importações de gêneros básicos (arroz e milho), isentando-as de IOF e, provavelmente, de IPI. Isso revela que os temores de uma safra apertada são justificados, a exemplo do que se tornou rotina nos últimos anos. Agora, em plena entressafra, o governo mal tem conseguido segurar as especulações com esses produtos, justamente por não dispor de estoques estratégicos (exceção feita ao arroz, mesmo assim em pequena quantidade). Ou seja, a agricultura poderá, novamente, constituir importante foco inflacionário em 85.

Na área do BNH, confirmaram-se na semana passada denúncias de que os agentes financeiros estavam desviando recursos da construção para o mercado financeiro, possibilidade aberta por algumas brechas nos regulamentos do próprio órgão. Pior do que isso foi a proposta de deputados do Rio de Janeiro de congelar em 50% da variação da UPC as prestações da casa própria nos próximos dois anos. Tal fato criaria uma terrível pressão de subsídios, com inevitáveis consequências no plano sócio-econômico. Como se nota, não são poucos os graves problemas que o novo governo deverá enfrentar. Até lá, todavia, o País prosseguirá mergulhado num imobilismo que em nada o beneficia.